

O fórum “Reconstrução da ilha do Fogo”, que aconteceu em São Filipe entre segunda e terça-feiras, para traçar as linhas orientadoras de recuperação das zonas afectadas pela erupção, não correspondeu às expectativas dos representantes da população. Ainda se desconhece o local para a construção do novo assentamento populacional e não se sabe onde será edificada a nova adega de vinho. Enquanto isso, vão iniciar as obras de reabilitação das 110 moradias construídas em 1995. Os beneficiários terão de assinar um termo de compromisso de utilização destas casas com o Governo. O *asemanaonline* ouviu os representantes da população de Chã das Caldeiras no fórum e todos se manifestaram descontentes com o desfecho final. “Esperávamos que este encontro produzisse resultados concretos para nossa população, ou seja, que ficasse definido o local da construção do novo assentamento, da nova adega de vinho e o futuro das nossas gentes”, disse David Monteiro, presidente da Associação dos viticultores de Chã. Monteiro é um dos moradores que já voltou à Chã e recolocou as portas e janelas na sua habitação. Quer proteger e trabalhar na sua propriedade. Mas vai avisando que, face a esta indecisão do Governo em responder ao apelo dos viticultores e, tendo em conta o aproximar da época da vinificação, a sua associação vai construir no interior da caldeira um espaço para “salvar a produção do ano de 2015”. A outra voz de descontentamento é da Amarisa de Pina, ex-proprietária de unidades hoteleiras em Chã das Caldeiras. “Passamos dois dias neste encontro que era aguardado com alguma expectativa, mas não se produziu resultados esperados em relação a algumas questões, sobretudo sobre o local onde vão ser construídas as novas habitações, mas também sobre a compensação das pessoas que perderam os seus bens e pertences com a erupção vulcânica de 23 de Novembro. Vamos continuar a aguardar por uma decisão”, disse desolada. Para Danilo Montrond, o encontro não serviu para discutir os reais problemas que afectam as gentes de Chã. “Os principais problemas que dizem respeito às pessoas deslocadas, não foram debatidos neste encontro. Queríamos sair daqui esclarecidos, levando uma mensagem positiva à população, mas infelizmente este fórum ficou aquém das nossas expectativas”, conclui. Vão avançando, caso continue a indecisão quanto ao futuro, com as suas próprias mãos vão afastar as lavas calcinadas com picareta e construir novamente as suas casas em Chã. E pelo andar da carruagem não falta muito para que Chã das Caldeiras volte a estar apinhada de gente e de casas, numa reedição da história de 1995. É que o vulcão e os seus perigos estão nos genes das gentes da Chã das Caldeiras, que têm de viver na sombra do “Homi Grandi”. Novo estudo para definir a zona de realojamento Para o Primeiro-ministro, José Maria Neves, este fórum cumpriu os seus objectivos, permitindo traçar as linhas orientadoras para a recuperação das zonas afectadas pela erupção e definir o plano de acção de desenvolvimento socioeconómico da ilha a curto e médio prazo. Uma das decisões saídas é a realização nos próximos dias de um novo estudo para definir a zona de realojamento para os deslocados de Chã das Caldeiras. “Serão levados em conta os riscos e aspectos técnicos. Os resultados ficam concluídos até o final deste mês. Não haverá laxismo em torno deste assunto”, garante Neves. Enquanto isso, dar-se-á início nos próximos dias às obras de reabilitação das 110 casas construídas aquando da erupção vulcânica de 1995, sendo 70 em Monte Grande e 40 em Achada Furna. Um projecto orçado entre os 90 e os 100 mil contos. Em relação a este processo, o chefe do Executivo garante que os beneficiários terão de assinar um termo de compromisso de utilização destas casas com o Governo. “É um dever do Estado garantir habitação condigna, mas é um direito dos beneficiários de velar pelo bom uso da mesma”, assegura. Está a ser criado também o mecanismo de compensação às pessoas que perderam os seus bens, devido a erupção que durou 77 dias. Governo cria condições para produção de

vinho neste ano O Ministério do Desenvolvimento Rural garante todas as condições para a produção de vinho até à construção da nova adega. Esta é também uma garantia do Primeiro-ministro. Recorde-se que a adega de Chã das Caldeiras foi consumida pelas lavas. Cural de Asno (à entrada de Chã das Caldeiras), Montinho de Monte Velha e o Cabo Nho Ernesto são os três possíveis espaços identificados para a construção da nova adega de vinho de Chã das Caldeiras. A Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Económico (ASDE), proprietária da adega de Monte Barro, disponibilizou-se a ceder espaços e equipamentos para todo o processo de produção da última colheita, até à construção da nova adega. Mas ao que tudo indica esta hipótese não é de interesse dos viticultores de Chã das Caldeiras.